



## LIVRO DE LEIS

61 /

LEI Nº 2.015, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1992

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR, POR DOAÇÃO, TERRENO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO À S3M INJEÇÕES TERMOPLÁSTICOS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME.

O Senhor ARTHUR BALLERINI, Prefeito Municipal de Lorena, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

F A Z S A B E R, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica desafetado de sua destinação pública e autorizado o Poder Executivo a alienar, por doação, um terreno, à S3M Injeções Termoplásticos Indústria, Comércio e Representações Ltda-ME, para a construção de sua firma que assim se descreve: "Gleba C - Um terreno de formato retangular, à ser desmembrado de um terreno destinado à Sistema de Recreio, no quarteirão formado pela Alameda João Augusto de Lima, Rua José Miguel, Rua Henriqueta Vieira Lorena, e Rua Domingos Adolpho Villela; com frente para a Rua Henriqueta Vieira Lorena esquina com a Rua José Miguel, no loteamento denominado Vila Nova Lorena, nesta cidade e município de Lorena, SP, medindo de frente 12,00m, de igual medida de largura nos fundos, onde confronta com remanescente do Sistema de Recreio, Gleba "R", 50,00m da frente aos fundos, em ambos os lados, confrontando do lado esquerdo de quem da rua olha o imóvel, com José Miguel, e do lado direito com remanescente do Sistema de Recreio, Gleba "D", encerrando a área de 600,00m<sup>2</sup>.

Artigo 2º - Na escritura a ser lavrada constará cláusula expressa pela qual a donatária não poderá dar a área cedida destinação diversa da prevista nesta Lei, devendo as obras estarem concluídas e as instalações em pleno funcionamento, dentro do prazo de 2(dois) anos.



## LIVRO DE LEIS

(CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 2.015/92)

**Artigo 3º** - A donatária compromete-se a preservar uma área para o plantio de árvores.

**Artigo 4º** - A doação é irrevogável, excetuando a hipótese prevista no artigo 2º desta Lei, que não sendo obedecida e cumprida pela donatária, importará na reversão da área doada ao Patrimônio Municipal independentemente de qualquer indenização por eventuais benfeitorias constantes.

**Artigo 5º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

P.M. de Lorena, 10 de dezembro de 1992.

**ARTHUR BALLERINI**  
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio da Secretaria de Negócios Jurídicos desta Prefeitura Municipal e publicada no Paço Municipal aos 10 de dezembro de 1992.

**MARIA ANTONIA PEREIRA**  
Diretor Administrativo

Certifico, para os devidos fins, que a presente Lei foi publicada aos 21 de dezembro de 1992.